

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 112

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE SETEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE SETEMBRO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Divanir Braz Palma.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Edson Strapasson, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Luiz Carlos Martins; PTB: Hidekazu Takayama, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas; PDT: José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Marcos Isfer (39). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Valdir Rossoni, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Caíto Quintana, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Tony Garcia, Antonio Baratter, Eli Ghellere e Cezar Silvestri (15).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2146

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

respeitosamente, REQUER preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 537/2002 de autoria do deputado Hermas Brandão, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que dispõe sobre a hora atividade para os professores no percentual de 20% (vinte por cento), conforme especifica.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 02.09.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2155

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.09.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2154

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias.

Sala das Sessões, 02.09.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2116

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Conselho Regional de Psicologia do Paraná, pela passagem do Dia do Psicólogo comemorado neste dia 27 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Dionísio Banaszewski presidente do Conselho, através de correspondência a ser encaminhado à Av. São José, 699 - CEP 80050-350 - nesta Capital.

Sala das Sessões, 02.09.2002.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2117

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado do Paraná, pela passagem do Dia do Corretor de Imóveis comemorado neste dia 27 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Daniel Fuzetto, presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, 497 - cj.08 - nesta Capital.

Sala das Sessões, 02.09.2002.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2118

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, a Associação Paranaense de Avicultura, pela passagem do Dia da Avicultura a ser comemorado neste dia 28 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Tomoyuki Harada presidente da Associação, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, 252 - cj.601 - nesta Capital.

Sala das Sessões, 02.09.2002.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2119

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Sindicato dos Bancários, pela passagem do Dia do Bancário comemorado neste dia 28 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência a Sra. Marisa Stédile presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Vicente Machado, 18 CEP 80420-010 - nesta Capital.

Sala das Sessões, 02.09.2002.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 596/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria do Oeste, com sede e foro no município de Santa Maria do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.2002.
(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria do Oeste, por ser ela uma

entidade sem fins lucrativos, e que tem por finalidade manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados ao tratamento, educação, habitação, reabilitação e inserção social do excepcional; estimular o trabalho do excepcional; desenvolver a cultura especializada e o treinamento de pessoal destinado a trabalhar no campo da educação para excepcional; esclarecer orientar e auxiliar os pais e amigos na conduta relativa ao excepcional, entre outros.

Daí por quê conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão humanitária e de ordem social.

PROJETO DE LEI Nº 597/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Judô Kaikan, com sede e foro no município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.2002.
(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Judô Kaikan, por ser ela uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover atividades de caráter social, cultural e esportivo, visando através do judô a integração social a crianças e adolescentes carentes, além de promover, desenvolver e difundir o aprendizado e a prática do Judô.

Daí por quê conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão humanitária e ordem social.

PROJETO DE LEI Nº 598/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Crenci - Centro de Recuperação Novas de Cristo, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.09.2002.
(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Recuperação Novas de Cristo tem por finalidade a promoção de assistência social, atendendo às famílias carentes da comunidade, com necessidade de

encaminhamento no setor do trabalho, tratamento de saúde, aquisição de medicamentos, alimentos, roupas, calçados e outros de acordo com os recursos disponíveis na entidade. Propõe um acompanhamento terapêutico para atender os que sofrem com o uso indevido de álcool e drogas, dando suporte para que essas pessoas e famílias possam lidar com a situação.

Todo o trabalho do centro é feito visando a recuperação de vidas de um modo geral.

PROJETO DE LEI Nº 599/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Metodista de Assistência Social - AMAS, com sede e foro na cidade de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.09.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Metodista de Assistência Social, entidade de caráter beneficente, sem fins lucrativos, tem por finalidade atender e zelar pelas crianças e famílias carentes, proporcionando proteção, alimentação, recreação, educação, orientação, cuidados médicos e dentários.

Faz parte de suas atividades: criar e administrar obras e serviços comunitários de acordo com as necessidades locais; promover educação de base, orientação vocacional e formação profissional; promover cursos, estudos, encontros e campanhas, bem como editar boletins informativos, apostilas e livros, visando a educação em geral e o bem-estar emocional, material e psicológico do ser humano; orientar a formação de futuros lares e na criação e educação dos filhos; como também, associar-se a entidades públicas, privadas, nacionais ou estrangeiras, para obtenção de recursos financeiros para a realização de seus objetivos junto a comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 600/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Assistência Social de Abatiá - Acasa, com sede e foro no município de Abatiá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.09.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Assistência Social de Abatiá - Acasa, criada em 1989, com o objetivo de

proteger a assistência à maternidade, à infância e aos idosos em geral do município de Abatiá e da região.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 601/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar escritura de permuta com a empresa Cattalini Terminais Marítimos Ltda, proprietária do imóvel objeto de matrículas nºs 14.022, 15.007, 20.745, 21.256, 21.301, 21.316, 31.317, 21.624, 22.567, 23.819, 24.038, 30.619, 32.425, 36.528, 36.597 e 38.784, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá, por área compensatória e proporcional de propriedades do Estado do Paraná, destacada de área maior, objeto de Transcrições nº 1.688, de 29/04/1927, livro 3-B, fls. 106, e nº 3.054, de 20/12/43, livro 3-E, fls. 01, ambas do Cartório de Registro de Imóveis da mesma comarca.

Art. 2º - A permuta autorizada pela presente lei poderá efetivar-se em parcelas dos imóveis em referência no seu conjunto ou não, desde que obedeça a devida proporcionalidade de valores, tudo no limite do interesse público e com respaldo em documentação comprobatória de negativa de ônus e do domínio pleno ou útil do imóvel da empresa privada permutante.

Art. 3º - Ocorrendo diferença de valores entre os imóveis a serem permutados, desde que seja em favor do Estado do Paraná, poderá ocorrer o pagamento em moeda corrente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.2002.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei reveste-se de elevado interesse público, considerando-se o fato de que as áreas pertencentes à Cattalini Terminais Marítimos Ltda situam-se estrategicamente em local necessário para futura expansão do Porto de Paranaguá, ao lado dos pátios de veículos, enquanto que a área pertencente ao Estado do Paraná situa-se fora da zona primária do porto.

Assim, espero contar com o apoio dos nobres senhores deputados desta Casa de Leis, a fim de que esta proposição mereça aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 602/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Governo do Estado do Paraná a estimar 80% das vagas em universidades públicas estaduais para os alunos das escolas públicas do Paraná.

Parágrafo Único - Este benefício será válido para os alunos que estudarem durante todo o segundo grau em escolas públicas.

Art. 2º - Ficará a cargo da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia a criação de requisitos de acesso ao benefício desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Há um longo período já se vem discutindo a injustiça que ocorre no nosso sistema de educação. teoricamente o que deveria ser um sistema justo, de acesso a todas as pessoas, não está se concretizando na prática. Hoje em dia, as universidades públicas do Paraná abrigam em sua maioria, alunos vindos de escolas particulares, portanto, com certo poder aquisitivo e, conseqüentemente excluindo a população mais humilde. Este projeto de lei, tem como meta oferecer à população paranaense chances iguais, proporcionando entre as camadas mais desfavorecidas economicamente cidadãos capazes de competir igualmente no exigente mercado de trabalho moderno.

Destinando uma cota de vagas em universidades públicas estaduais para alunos vindos de escolas públicas, estaremos fazendo uma justiça social e proporcionando a esses alunos uma chance de ter um futuro brilhante, a competir de modo igual com as pessoas de outra classe e, deste modo contribuindo para a construção de um Estado que se preocupa com toda a população.

São estas as razões do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 603/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do bairro Vila Nova, com sede e foro no município de Loanda.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.09.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do bairro Vila Nova, com sede e foro no município de Loanda, entidade que tem por objetivo realizar o bem comum, colocando todos os esforços possíveis na prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores do Bairro Vila Nova. Uma de suas funções é identificar, mobilizar ou formar novos grupos capazes de representar os diver-

sos interesses dos moradores, a fim de que estes adquiram condições de resolver seus problemas comuns e assim sua autonomia.

Outra atividade importante é congregar todos os moradores do bairro Vila Nova, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, política ou outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou outra condição a fim de se obter a elevação da qualidade de vida dos mesmos. São essas algumas realizações desta entidade sem fins lucrativos, que realiza com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 604/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 10, da Lei nº 13.667, de 5 de julho de 2002.

“Art. 10 - Fica instituído o Plano de Carreira dos Servidores Públicos, regidos pelas Leis Federais nºs 5194, de 24 de dezembro de 1966 e 4076, de 23 de junho de 1962, com modificações posteriores, lotados na Secretaria de Estado dos Transportes, na Secretaria de Estado de Obras Públicas, no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná e no Departamento de Construção, de Obras e Manutenção do Estado do Paraná.

§ 1º - ...

§ 2º - ...

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.09.2002.

(a) DURVAL AMARAL
Líder do Governo

JUSTIFICATIVA:

A proposição justifica-se por si só ante a exclusão dos engenheiros da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e do Decon, do dispositivo que na Lei 13.667/2002, corrige a situação funcional dos servidores públicos engenheiros do Poder Executivo Estadual.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2154, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 537/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre horatividade para os professores no percentual de 20%, conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Assistencial Novo Mundo, com sede e foro na cidade de Carambeí. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 481/2002, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Nova Esperança - Cerene, com sede e foro na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina e representação no município da Lapa, Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 541/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utili-

dade Pública a Associação Cristã Ebenezer - Acebe. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 154/99, de 27/10/99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 541/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Cristã Ebenezer - Acebe, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Garra de Judô e Karatê, com sede e foro no município de Dois Vizinhos. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 147/2001, de 15/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 517/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Garra de Judô e Karatê, com sede e foro no município de Dois Vizinhos.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 517/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Garra de Judô e Karatê, com sede e foro no município de Dois Vizinhos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 700/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária do Aterro Alto - Acater, com sede e foro no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 193/2001, de 11/12/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 700/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Aterro Alto - Acater, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 700/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Aterro Alto - Acater, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Ponta Grossa, com sede e foro no município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 069/2002, de 28/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 377/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Ponta Grossa, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 449/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual o Grupo de Assistência ao Paciente com Câncer Cíntia Cristina Oliveira Souza - Gapacan, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 083/2002, de 18.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 449/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Grupo de Assistência ao Paciente com Câncer Cíntia Cristina de Oliveira Souza, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 449/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo de Assistência ao Paciente com Câncer Cíntia Cristina de Oliveira Souza, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro no município de Cruzeiro do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2002, de 24.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 457/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexo, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 457/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/2002, de autoria do deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública o Núcleo de Criadores de Gado Jersey do Sudoeste do Paraná, com sede no município de Francisco Beltrão e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2002, de 26.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 487/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Ademar Luiz Traiano tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Núcleo do Jersey do Sudoeste do Paraná, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral, para melhor adequá-lo às normas legislativas. É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 487/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Núcleo do Jersey do Sudoeste do Paraná, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores da Vila Rural Santa Bernadete, com sede na Vila Rural Santa Bernadete, distrito de Monte Real e foro no município de Santo Antonio da Platina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/2002, de 27.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 492/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores da Vila Rural Santa Bernadete, com sede na Vila Rural Santa Bernadete, Distrito de Monte Real e foro no município de Santo Antonio da Platina.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº

8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 499/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/2002, de 27.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 499/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Instituto Pedro Luiz Boaretto, com sede e foro no município de Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2002, de 26.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 502/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Instituto Pedro Luiz Boaretto, com sede e foro no município de Cascavel.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vicente Lopes - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/2002, de 02.07.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 511/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vicente Lopes - Ensino Pré e 1º Grau, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 511/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vicente Lopes - Ensino Pré e 1º Grau, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 532/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Curitiba, com sede e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 101/2002, de 05.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 532/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Curitiba, com sede e foro no município de Goioerê.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 534/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário Km 128, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 101/2002, de 05.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 534/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário KM 128, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 539/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Duque de Caxias - Ensino Médio, com sede e foro no município e comarca de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 102/2002, de 06.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 539/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do

Colégio Duque de Caxias - Ensino Médio, com sede e foro no município de Goioerê.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres - APM do Colégio Estadual Antonio Lacerda Braga - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, com sede e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2002, de 06.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 540/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Antonio Lacerda Braga - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, com sede e foro no município de Goioerê.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 541/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento de Curitiba - Sinfretiba, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2002, de 06.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 541/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato das Empresas de Transporte de

Passageiros por Fretamento de Curitiba - Sinfretiba, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Enéas Marques, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2002, de 06.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 548/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Baratter, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Enéas Marques, com sede no município de Enéas Marques e foro no município de Francisco Beltrão.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 548/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Enéas Marques, com sede no município de Enéas Marques e foro no município de Francisco Beltrão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari.

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 549/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Moradias Santa Clara, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2002, de 06/08/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 549/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Moradias Santa Clara, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 559/2002, de autoria do deputado ALgaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Convivência Menina Mulher - CCMM, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2002, de 12/08/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 559/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Convivência Menina Mulher - CCMM, com sede e foro no município de Curitiba

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 018/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que altera a redação do artigo 1º, da Resolução nº 08/2002, de 03 e julho de 2002 (vale refeição). COM PARECER FAVORÁVEL

DA COMISSÃO EXECUTIVA. (Publ. no DA nº 111/2002, de 27/08/2002)

COMISSÃO EXECUTIVA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de resolução tem por objetivo alterar o artigo 1º, da Resolução nº 08/2002, que concede o vale refeição aos servidores e funcionários do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado.

Chamada a opinar esta Comissão Executiva apresenta parecer favorável à alteração proposta pela presente proposição.

É o parecer

Sala das Comissões, em 27.08.2002.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Esta Resolução nº 018/2002, que altera a redação do artigo 1º, da Resolução nº 08/2002, que foi uma resolução extremamente histórica para a nossa Assembléia, que permitiu a concessão do vale refeição aos nossos servidores. Do texto que ora nós votamos, propositura, está de retirar dos trabalhadores comissionados. A nossa Assembléia já não tem uma remuneração que seja adequada em muitos casos.

Gostaria de pedir à Mesa que reconsiderasse este projeto de resolução porque trata-se da alimentação, não é nenhuma vantagem que pudesse vir a acrescentar em forma de salário, mas é alimentação de nossos trabalhadores que atuam na Assembléia Legislativa. Depois que essa Presidência e essa Mesa Executiva assumiram, grande parte daqueles funcionários que estavam até de certa forma irregular na Casa foram desvinculados, e hoje nós temos um quadro muito enxuto, e o quadro que tem nos gabinetes, caso por exemplo, deste deputado, é todinho comissionado, não tem nenhum vinculado à Casa. Se nós não permitirmos que seja concedido aos comissionados o vale alimentação, estaremos cometendo uma injustiça e isso não vai trazer nenhum peso às finanças da Assembléia Legislativa.

É por isso que solicito a V. Exa., como um dos co-autores porque é a Mesa que apresenta, que contribuisse para a retirada desse projeto de resolução e nós continuássemos a ofertar o vale refeição a todos os funcionários da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo a V. Exa., é que a promotoria da Casa não achou meios legais, e nós estamos buscando esses meios para que possamos incluir os comissionados. Então, para não atrasar para os nossos estatutários, nós tomamos esta decisão. Mas estamos analisando, deputado José Maria, e vamos achar o caminho dentro de poucos dias para resolver a questão dos nossos comissionados.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Respeito a decisão da Mesa, mas meu voto não pode ser diferente, meu voto é contrário, 1ª votação, 2ª e 3ª, porque a Casa, nós oferecemos muito pouco aos nossos servidores.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto contrário de V. Exa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente. Estão em plenário, e tivemos a satisfação de conversar com alguns despachantes da nossa cidade de Ponta Grossa, os quais esperam de V. Exa. e deste Poder, a participação na pretensão que eles estão a aguardar, de apoio desta Mesa Executiva e de todos nós parlamentares, e eu queria antecipar a V. Exa., como Líder do PDT nesta Casa, que os seis deputados estarão votando com a sua orientação ao encontro da razão, os anseios da classe dos despachantes de todo o Estado do Paraná.

Tenha certeza V. Exa. que tem o nosso respaldo, do nosso Partido e acredito que da maioria deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo a questão de ordem de V. Exa., queremos expressar a V. Exa. e aos demais parlamentares, que já recebemos todos os despachantes, que estão hoje nesta Casa na Presidência, já conversamos e demos a garantia que não acontecerá nada com a classe sem a concordância, anuência dos nossos queridos despachantes.

O SR. SÉRGIO SPADA (**Pela Ordem**)

Na mesma direção, senhor presidente e senhores deputados, como é bom poder ver não só a presença dos despachantes do Estado do Paraná nas galerias desta Casa, liderados pelo presidente do Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná o senhor Renê Pereira e demais integrantes da diretoria, como também dos delegados do Estado do Paraná. E ver essa manifestação de boa vontade de V. Exa, expressada através dos aplausos dos despachantes pela possibilidade de verem acolhidas suas proposituras.

Senhor presidente, na verdade há uma preocupação intensa de toda a categoria em todo o Estado do Paraná. Hoje eles são cerca de 1200 microempresários, que geram 2, 3, 4 empregos. Já foi a categoria que teve mais de 2 mil estabelecimentos no Estado do Paraná. E que dia-a-dia vêem as suas atividades minguando e a capacidade de faturamento menor. Se acontecesse o que se ventitou por aí, de haver uma transferência, uma terceirização de serviços que hoje são prestados pelo Detran para cartórios, através de um convênio com a Anoreg. Sem levar em conta os despachantes, certamente seria um caos. A experiência do Rio Grande do Sul mostra isso, 50% dos estabelecimentos já fecharam e 50% perdeu pelo menos metade da sua capacidade de faturamento.

Quando na verdade, se houver uma perfeita parceria, um perfeito entendimento levando-se em conta a importância dessa classe que atua no Estado, atua no Brasil há muito tempo, prestando relevantes serviços de utilidade pública para a coletividade de um modo geral, todo mundo ganha. A própria categoria assumiu o compromisso e de pronto gerar 4 mil empregos no Estado do Paraná. Fico contente de poder ouvir a sua manifestação nesse sentido e isso é um alento para todos nós que temos uma vinculação com a categoria, com os despachantes do Estado do Paraná, mas seguramente é um alento muito maior para os despachantes do Estado do Paraná, que são bem vindos a esta Casa e faz-se representar através da entidade que congrega os despachantes do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, da mesma forma também me coloco nessa condição, dizendo que já na semana passada recebi da despachante Maria Cristina Coutinho um dossiê onde mostra toda a preocupação em relação à situação dos despachantes. Porque há uma intenção de terceirizar boa parte dos serviços feitos pelos despachantes junto ao Detran, para a Fenabreve, onde por sua vez terceirizou para uma outra empresa também. E aqui tenho todo o dossiê, não haveria tempo agora para detalhar, muito embora seja do conhecimento de todos. Mas o que preocupa, senhor presidente, é que na Lei Complementar nº 94, que cria a agência reguladora de serviços públicos, ela já está contemplando essa preocupação que têm hoje os despachantes. E parece que não restará mais a esta Casa que derrubou o veto do governador na semana passada, porque também naquele veto estava embutida a questão da agência reguladora que trata dessa competência. Quer dizer, ao derrubarmos os vetos na última Sessão, criou-se esses entraves todos aí. E parece que a iniciativa agora é muito mais de se fazer uma ação política junto ao Governo do Estado, porque aqui pela Assembleia não passa mais nada em relação a esta questão. A não ser em relação a questão do Poder Judiciário que ainda deverá vir aqui.

Mas, a preocupação está toda aqui porque a Lei Complementar 94 já está publicada no Diário Oficial do Estado, que diz: - "A natureza de autarquia especial conferida à agência reguladora de serviços públicos delegados de infra-estrutura do Paraná é caracterizada por independência decisória, autonomia administrativa e autonomia financeira". Quer dizer, vão fazer o que bem entendem lá, com essa situação toda em relação aqui ao poder concedente, a entidade reguladora, ao serviço público delegado, aos instrumentos de delegação, que transfere a delegação da realização da prestação de serviço público abrangendo as previstas no inciso do artigo.

Quer dizer, é todo um emaranhado dentro dos artigos da agência reguladora que vão criar para os despachantes, em resumo, senhor presidente, da minha parte

também haverá a solidariedade mas eu ainda insisto, esta Casa tem que fazer uma ação política, através de suas lideranças, de convencimento ao governador do Estado, que reveja essa situação com relação aos despachantes do Detran, que é uma categoria de muitos e muitos anos, prestadora de um serviço extraordinário, que gera emprego, e aí está a importância dessa categoria: que gera empregos em todo o Paraná e que, de repente, também poderá vir a provocar, se isso vier a acontecer, por parte do Governo, um problema social muito grave.

Queria deixar aqui registrada a minha solidariedade e repetindo: somente uma ação política de lideranças desta Casa é que poderá fazer o Governo rever o que está embutido na agência reguladora que aprovamos, aqui neste Plenário.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, faço minhas as palavras do deputado Algaci Tulio e, com todo respeito que tenho por V. Exa., eu vi que V. Exa. recebeu todos os despachantes, de Londrina, de Curitiba, de todas as cidades do Paraná, mas como eu tenho o máximo respeito para com os cartorários... eu acho que cartorário é cartorário, despachante é despachante, cada um tem a sua profissão! Acho uma tremenda de uma sacanagem violentarem os direitos constitucionais dos despachantes do Detran! Isso é violência! É tirar o emprego de milhares e milhares de trabalhadores em Londrina, Curitiba, Paranaguá, em todas as cidades do Estado do Paraná!

Eu conversava, hoje de manhã, com o deputado Basílio Zanusso, ele acha que está havendo aí uma tempestade, muita coisa vai passar, e dificilmente esse fato será realizado no Estado do Paraná. Ao menos que nós não tenhamos vergonha na cara e fiquemos do lado do senhor governador do Estado que quer acabar com os despachantes no Estado do Paraná!

Como vice-líder da Bancada do PTB nós ficaremos, eternamente, ao lado dos despachantes do Detran, não é porque é época de eleição, não interessa, nem a mim, ao deputado Marcos Isfer, ao deputado Zé Maria, ao deputado Sérgio Spada, não interessa, aqui não tem problema político. O que eu acho é que é uma sacanagem, cartorário é cartorário, mecânico é mecânico, médico é médico, despachante de trânsito é despachante de trânsito, pombas! Só se eu estiver louco da cabeça!

Obrigado.

O SR. MARCOS ISFER (Para Encaminhar)

Senhor presidente, a respeito do assunto que nos manifestamos eu gostaria de observar como observou bem o deputado Algaci Tulio, este Decreto 94, criado pelo Governo do Estado, que criou a agência reguladora de infra-estrutura, deixou aberto um caminho para que possam ocorrer os temores que os despachantes hoje têm.

Gostaria de sugerir a esta Casa, que através de um decreto legislativo, já o sugeri lá na Comissão de Constituição e Justiça, nós através de um decreto legislativo,

impedíssemos que essa agência de infra-estrutura fosse instalada e os seus diretores nomeados, até que o novo Governo se instale e seja realizado uma audiência pública com a presença de todos os interessados para instalação dessa agência de infra-estrutura. Nós já votamos contrariamente a esta agência e entendemos que nesse momento, qualquer atitude tomada nos últimos três meses de Governo, poderia causar prejuízos a todas as classes paranaenses.

Então novamente reitero o desejo e a vontade de que todos nós deputados assinemos um decreto legislativo, pedindo que essa agência não seja implantada, só no próximo Governo, e só após a realização de uma audiência pública, onde sejam ouvidas todas as partes interessadas. Era o que eu tinha a colocar.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Gostaria de explanar rapidamente, até porque tive o prazer de, mais ou menos trinta dias atrás, participar de uma reunião no Sindicato dos senhores despachantes aqui na capital do Estado. Quando me convidaram, para que desse ciência ao parlamentar, a esse deputado, daquilo que estaria acontecendo.

Então fui pesquisar. Agora, é interessante, é bom ressaltar aqui no plenário o seguinte, para que todos os senhores deputados saibam: lá atrás, no começo deste ano, lá atrás, os cartórios do Paraná entraram com um pedido para a elaboração de um convênio entre os cartórios do Detran. Ora! num passe de mágica, isso se transforma num processo dentro do Detran, e aí de repente, prestes a se colocar em prática e acabar de uma vez por todas, ou seja, extinguir a categoria de despachante do Estado do Paraná, isso na proposta de um acordo lá atrás, imaginem vocês. Tudo feito na surdina! E os despachantes que são trabalhadores que atingem quase 60 mil em todo o Estado do Paraná, sendo mal tratados na Ciretran, com ironia. Os funcionários, alguns tratados com ironia, dizendo o seguinte: "Vocês vão perder a mamata". Como se eles ganhassem sem trabalhar. Então na verdade o que se está preparando contra o despachante é um golpe, mas um golpe muito sério e muito grave. Eu levei os despachantes numa reunião com o Cid Campêlo, secretário de Estado.

O Cid Campêlo me garantiu, mostrou a cópia do processo e disse - não vai acontecer absolutamente nada. Até porque para que tenhamos esse convênio dos cartórios com o Detran, é preciso mudar o Código Nacional de Trânsito. Essa é uma informação dada pelo Sr. Cid Campêlo. O Governo do Estado, teria ouvido e aí entra na tese, pelo menos é a informação que tenho, teria ouvido um jurista da USP de São Paulo, que se posicionou contrário a esse acordo proposto pelos cartórios junto ao Detran. Mas na verdade há insistência do Detran em se manter esse acordo com os cartórios.

Agora, o pior - quero fazer a ressalva para essa Casa. O pior ainda está por vir! Por que está por vir? Porque a lei que regulamenta os cartórios que está aqui nesta

Casa já algum tempo, trata também desse assunto. Então, são dois golpes consecutivos. Na verdade essa agência que o deputado Algaci Tulio fez referência, não tem absolutamente nada a ver com a história dos despachantes. O que tem a ver na verdade, é a solicitação de um convênio com o Detran, e aí regulamentando esse convênio na Lei dos Cartórios que está aqui nesta Casa. Essa é a ressalva que faço para esta Casa. Estou acompanhando esse caso desde o início, bem colocado também pelo deputado Algaci Tulio, acho que nós temos que aqui exercer a força política, porque esse agente que está ocupando as galerias, garante perto de 60 mil empregos, ou seja, alimenta 60 mil pessoas em todo o Estado do Paraná.

O que nós estamos vendo é a briga do marco e do rochedo, de um lado os cartórios fortes, bem protegidos politicamente e de outro lado um pessoal fragilizado e com medo de perder o emprego.

Muito obrigado!

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu queria deixar até consignado aqui, já que sou de Londrina e é a segunda maior cidade em volume também para os despachantes, hipotecar a nossa solidariedade nesse sentido. Fui procurado até pela categoria esse final de semana em Londrina, e acho que os despachantes já vêm com o decorrer do tempo perdendo na quantidade do serviço, e conseqüentemente tendo uma defasagem muito grande na questão do faturamento. Eu sou testemunha, e todos nós aqui sabemos a quantidade de empregos que gera o serviço de despachante, resgatando não para nós aqui, mas também até para o programa político não só do Paraná mas da nação inteira, aquele compromisso que a gente tem na geração de empregos.

Então, agora eles estão querendo regular para encher a bufa, estufar a bufa do lado dos cartórios e deixar para o lado de lá o outro desempregado. Então para não falar muito o que foi falado, pode contar com a minha solidariedade porque eu acho isso uma vergonha.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, isso tudo tem origem da forma de votação que nós procedemos nesta Casa. Quando nós levantamos aqui no dia, e questionávamos que não poderíamos votar a criação de uma agência que deu origem à Lei nº 94/2000, nós tínhamos razão, porque nós não discutimos nenhum artigo daquela lei, votamos no abafo, votamos sem conhecer, votamos contrário, eu e a Bancada da Oposição. Mas aí hoje tem as conseqüências, porque não se olhou, não cumpriu esta Casa o seu mandamento, e agora nós estamos vendo a conseqüência.

É só os deputados votarem com firmeza na lei de organização judiciária e votando o decreto legislativo que nós não teremos esse problema que hoje enfrentam os nossos companheiros despachantes.

Então, é só lá na hora de votar nós cumprimos o nosso papel, com certeza a sociedade não sofre o que está sofrendo hoje. Essa é a resignação com que faço a minha colocação porque naquela oportunidade nós fizemos porque sabíamos que não tínhamos condições de fazer uma análise de uma lei complementar no abafo, aonde sete dias depois de votado ela era promulgada, foi votada no dia 14 e no dia 23 era a votação lá feita.

Então, por isso, senhores, é que vejo hoje que mais do que nunca, naquela oportunidade, quando nos manifestamos, tínhamos razão, por quê? Porque sem análise não dá para votar nada nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, faria até uma proposta aos senhores parlamentares: até concordo, desde quando os cartórios comecem a emplacar carros, a emitir carteiras, eu gostaria que os despachantes fizessem escrituras e reconhecessem firmas. É uma troca.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)

Senhor presidente e senhores deputados. Na verdade, sempre houve uma má vontade com os despachantes, eles sabem disso. Uma despachante encontrou comigo esses dias nas ruas de Curitiba e disse: “Deputado, sinto-me como se fosse uma trabalhadora clandestina”. Veja que sensação, até parece que os despachantes representam o mal para o Estado do Paraná.

Agora, tem um detalhe: os deputados sabem disso, e os senhores também fiquem sabendo, nós temos prerrogativas aqui, constitucionais, regimentais, para mudar qualquer decisão a favor de vocês. Vocês podem contar com a Bancada do PSL, o Partido Social Liberal, o deputado Geraldo Cartário, o deputado Antonio Carlos Belinati e o deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Presidente Elio Rusch, o José Maria antecipou aqui o que poderia ser evitado se alguns deputados que se pronunciaram hoje tivessem acompanhado nós que votamos contra. Parece que isso aí está igual à venda da Copel. Ontem, queriam a venda, hoje estão somando conosco e o povo do Paraná em não vender mais. Se, naquela oportunidade tivessem votado contra não precisava movimento algum e estaria já resolvido.

Muito obrigado!

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Gostaria de me somar às palavras do deputado Luiz Carlos Zuk. Dizer que a Bancada do PT também votou contra, porque foi um projeto que chegou em cima da hora, não deu tempo para estudar, não sabíamos o que iria prejudicar ou auxiliar o povo do Paraná e então votamos contra o projeto.

Queria aproveitar do momento também e dizer que a nossa preocupação com o desemprego do Paraná é

grande. Recebi, dia 30, sexta-feira, uma denúncia que trabalhadores do Estado do Paraná estão trabalhando no Sul de Minas Gerais em regime de semi-escravidão.

Gostaria da atenção de todos e do presidente da Comissão de Direitos Humanos, pois esses trabalhadores foram levados do Estado do Paraná enganados com promessas de altos salários, que teriam todo o equipamento para fazer o trabalho, equipamento esse necessário para a safra do café. Esses trabalhadores que saíram do Norte do Paraná estão lá em condições desumanas. Muitos até querendo voltar para o Estado do Paraná e não tendo condições, porque o fazendeiro que contratou essas pessoas não queria fazer a rescisão de contrato.

Conversamos com o sub-delegado regional do município de Cabo Verde e ele se mostrou muito interessado no assunto. Já houve uma audiência e hoje é o prazo para o fazendeiro acertar com esses trabalhadores. São 93 pessoas do Estado do Paraná que estão lá.

É lamentável que isso esteja acontecendo, um pouco antes de descer para o plenário recebi mais denúncias do município de Cabo Verde dizendo que existe mais fazendas lá e têm mais trabalhadores do Paraná que também estão na mesma situação.

Temos que ficar em alerta, já deixei a Comissão dos Direitos Humanos, pedi a licença do nosso presidente Renato Gaúcho, deixei a disposição do sub-delegado regional do trabalho. Estamos aqui à disposição de defender os trabalhadores paranaenses que não encontrando emprego no nosso Estado, foram obrigados e iludidos por fazendeiros de Minas Gerais.

É preocupante a questão.

Muito obrigada!

O SR. EDSON STRAPASSON (Pela Ordem)

Nós que acompanhamos vários encaminhamentos desta Casa vindo das galerias, das ruas, temos que assumir uma posição mais clara em relação às reivindicações.

A questão dos despachantes, que estão colocando centenas de despachantes em extinção tem que ser clareada, até porque nós votamos um projeto da criação das agências e que permitiu que hoje se delegasse esses poderes aos cartórios e que tanto mal está fazendo agora.

Fico constrangido ao ver deputado que votou favoravelmente ao projeto e que, de repente, vem aqui dizer que são contra.

Vamos, neste momento, dar iniciativa, nós, da Oposição votamos contra o projeto, até porque houve a aprovação meio a toque de caixa, sem muita discussão. É isso que tem acontecido em tantas vezes nesta Casa. Quando interessa aos grandes, vai no afogadilho, colocam em regime de urgência, prejudica-se o cidadão.

Temos que deixar claro que nós, da Oposição fomos contra esse projeto.

Deve-se deixar claro quem foram os deputados que aprovaram este projeto que tanto prejudica os despachantes. Agora, se esta Casa cometeu um equívoco ao apro-

var a criação das agências, cabe a esta Casa iniciar um projeto para dar fim e reformular essa legislação.

Nós votamos contra essa lei. Vamos defender com verdade e clareza e não ficar aqui com discurso, com proposições vagas que não chegam a lugar nenhum.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados.

Tenho ouvido em todo o Paraná a preocupação dos nossos amigos e companheiros despachantes no que se refere à agência de infra-estrutura.

Acredito que muito mais importante do que nossas palavras neste momento, alguns inclusive com enfoque eleitoral e um oportunismo sem precedente. Seria interessante - e espero isso - a sugestão, o encaminhamento de qual é a proposta, para que possamos restabelecer a condição anterior. Os despachantes são da maior importância para a sociedade paranaense. Existe até alguns aqui nesta Casa que defendem interesses cartoriais. Com toda certeza não somos nós que defendemos esses interesses.

Basta a sugestão e a solução nós faremos. Não é revogando a lei como um todo. Simplesmente extirpando da lei aquilo que prejudica essa classe, como é a classe dos despachantes que tanto emprego gera no nosso Estado.

A minha sugestão: como alterar o projeto de lei. O que é que fica bom para os despachantes do Paraná. Ou melhor, vamos melhorar através de uma lei específica, a condição de trabalho dos despachantes. A Oposição e a Situação não se furtarão, porque todos queremos o bem dessa categoria tão importante para o Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados.

O importante é que estamos vendo aqui, uma manifestação quase unânime da Casa em favor da categoria dos despachantes. Era o que mais os despachantes queriam ouvir nesta tarde na Assembléia do Estado do Paraná. Tenho certeza que valeu o esforço.

Temos que fazer uma distinção entre as duas questões que estamos discutindo hoje nesta Casa. Uma coisa é a lei que criou a Agência Reguladora e a outra coisa é essa questão específica de terceirização dos serviços que são prestados pelo Detran para os cartórios. São duas questões distintas e para tranquilizar a Casa, eu ratifico aquilo que o deputado Chab falou há poucos instantes aqui.

Na semana passada estive com o secretário de Governo, Dr. Cid Campêlo, com o presidente do Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná, lá na Secretaria de Governo, no Palácio Iguazu e o secretário de Governo, Cid Campêlo nos assegurou com todas as letras e é bom que fique registrado nos Anais da Casa, que a Secretaria do Governo, que o Governo do Estado do Paraná, pelo menos nessa legislatura, nesse mandato, não

manda, em hipótese alguma, uma mensagem, uma proposta para terceirizar os serviços do Detran para quem quer que seja. Isso é um alento, uma questão importante mas naturalmente, há outras alternativas para se fazer uma lei, inclusive pode ser de iniciativa de um parlamentar, prevendo ou propugnando pela mesma coisa. Daí haver ainda a preocupação dos despachantes do Estado do Paraná, mas a mobilização certamente fará com que os despachantes em hipótese alguma vão deixar de ser ouvidos daqui para frente nesse processo e isso é um alento para todos nós.

Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (Pela Ordem)

Senhor presidente, estivemos reunidos com o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão e eu acho que o que nós temos que colocar na tribuna desta Casa, é dizer que a questão que os despachantes trazem a esta Casa de Leis nesta tarde, não se trata de uma questão de governo, tanto é verdade que o próprio Líder do Governo, deputado Durval Amaral já colocou à sua disposição para que qualquer alteração que for necessária seja feita, na legislação que foi aprovada, que criava a Agência Reguladora no Paraná, é de intenção dos próprios deputados da Bancada do Governo, para que se houver algum artigo nesta lei que venha a prejudicar os despachantes, que nós possamos excluí-lo da lei.

Agora, o que nós não podemos aqui nesta tarde é querer debitar para a Bancada do Governo, uma coisa que não foi elaborada por nós, deputados da Bancada do Governo. Nós temos que tratar a questão dos despachantes do Paraná, como uma preocupação com a geração de empregos do Paraná e que certamente, se esta lei que é dita que vai prejudicar os despachantes foi aceita por esta Casa, serão mais de 60 mil pessoas no Estado do Paraná que serão prejudicadas. Não é essa a intenção da Bancada do Governo e dos nossos deputados da Bancada no Governo e tenho certeza que se vier um convênio para esta Casa que venha a prejudicar os nossos amigos, porque temos aqui despachantes da minha cidade de Londrina, da minha região, de Curitiba, de todo o Estado do Paraná e ao saudá-los eu quero dizer que podem ter certeza que se vier para essa Casa um convênio que vá prejudicar a profissão de vocês, nós deputados da Bancada do Governo estaremos votando contrários e favorecendo o emprego de todos vocês.

Podem ter certeza que jamais foi intenção desses deputados que aqui estão. Não podemos fazer desta lei uma atitude política e eleitoreira. Nós temos que tratar com respeito essa profissão e todos os deputados da Bancada do Governo, serão contra qualquer tipo de lei que venha prejudicar esta profissão tão nobre no Estado do Paraná.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu já me manifestei hoje, durante a reunião da CCJ sobre esta questão relativa aos

despachantes e não era intenção de minha parte fazer nenhum comentário aqui no Plenário, mas eu vejo como bastante oportuno o que disse o Antonio Carlos Belinati.

Acho que neste momento, até por uma questão de respeito a toda essa Assembléia e aos parlamentares, temos que deixar bem claro que em todos os momentos que tenho me referido a esse assunto, tenho falado e é bom que todos tenham conhecimento, que existe, e isso precisa ser dito, Belinati, existem conversações do governo. Não existe nada ainda na Assembléia Legislativa, mas que existem conversações do Detran, da Secretaria do Governo, do Dr. Cid Campêlo com a Anoreg que representa os cartórios, existe essa conversação. Agora, não existe, até o presente momento nenhuma iniciativa de qualquer parlamentar, através de projeto de lei, projeto ou decreto legislativo ou projeto de resolução ou projeto de lei complementar, estabelecendo a tramitação de um projeto que permita essa transferência de atribuições dos despachantes para os cartórios, mas que existem conversações, por parte do governo, existem.

Não quer dizer que também isso venha a se concretizar, mas que existem gestões da Secretaria de Governo, Dr. Cid. Campêlo, Detran com a Anoreg para se estabelecer um convênio, isto sim, existe. Agora, é oportuno que V. Exas, assumam esse compromisso, a exemplo dos deputados de Oposição de não levar adiante essa iniciativa do governo. Eu não estou afirmando que é uma iniciativa dos deputados que apoiam o governo, mas que existe da parte do governo uma iniciativa, existe e é por isso que é oportuna a mobilização dos despachantes para que essa iniciativa e essa idéia do governo, do Detran e da Anoreg não venha a prosperar, prejudicando os despachantes.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA

Pegando um gancho nas palavras do deputado Orlando Pessuti que muito bem colocou, acho que nós como parlamentar e como parlamentares aliados ao Governador, temos que assumir esse compromisso aliados ao Governador, temos que assumir esse compromisso com a classe dos despachantes, não só pela presença dos senhores aqui no Plenário, mas questão de justiça e até de responsabilidade da nossa parte como parlamentar nesta Casa de Leis, pela importância que representam os despachantes, seja na questão social, na questão de trabalho em todo o Estado do Paraná, presentes em todos os municípios.

Da mesma forma, senhores despachantes, senhores deputados, que nós assumimos um compromisso com os companheiros e justamente com o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, o líder do Governo, deputado Durval Amaral e também a participação do deputado Orlando Pessuti que tinha um projeto e se cogitou dois, três meses nesta Casa, o envio por parte do Executivo, um

projeto que mudava a sistemática da empresa Emater que também ocasionaria um grande prejuízo aos companheiros da Emater. Existiam cogitações.

Posteriormente, tornou-se uma realidade, deputado Pessuti e de prontidão, tivemos uma atuação forte, o deputado Pessuti teve, o deputado Zucchinho teve e o presidente da Casa também e o líder do Governo e o governador retirou esse projeto dessa Casa por quê? Porque teve a participação política dos parlamentares e da mesma forma, nós podemos assumir o compromisso com os senhores despachantes que até o final do governo Lerner, 31 de dezembro, nós não deixaremos que nenhum projeto seja aprovado ou que possa ser até encaminhado para esta Casa, mas que seja aprovado e que ocasione um prejuízo a essa classe tão importante para o nosso Estado do Paraná.

Obrigado senhores despachantes, obrigado senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Houve uma inversão na condução dos trabalhos e fomos informados pelo deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa e concedemos a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, representantes dos despachantes do Paraná e suas entidades de classe que aqui se fazem presentes, dentro do processo democrático da luta pelas conquistas dos direitos, é importante que os homens e as mulheres que trabalham neste setor, acompanhem o desenvolvimento desta Casa e como aqui cristalizam-se as leis, cristalizam-se as posturas para que nós tenhamos lá na outra ponta, o cidadão cumprindo o que aqui determina. Fiz uma intervenção recentemente do microfone do Plenário, no sentido de que precisamos sempre nos ater a como votamos; olhar sempre como votamos e discutir todas as questões para que não entremos em equívocos.

O que aconteceu, nesta Casa, foi justamente um processo de votação de uma agência de serviço de delegado sem a mínima discussão, sem a mínima preocupação com quem lá na outra ponta iria cumprir o que determinava a lei e por isso tem aqui os reflexos que hoje nós, com dissabores, observamos nos representantes dos despachantes.

Fui procurado pelos representantes de Londrina e da minha região, e coloquei-lhes de que só uma ação política junto à Assembléia Legislativa, deputado Algaci Tulio, como V. Exa. também fez, poderá reverter e poderá assegurar a condição de que venham e continuem a executar as atividades e que ela não seja apenas em véspera de eleição, mas que seja permanente no posicionamento daqueles que aqui, hoje, se manifestam e devem se manifestar, porque é uma classe, como diz o deputado Sérgio Spada, que contempla aí, aproximadamente, em torno de sessenta mil empregos diretos e indiretos no nosso

Estado. Tem que se reconhecer e esta Casa tem que oferecer uma contribuição no sentido de regularizar esta situação.

Esse é o registro que gostaria de fazer no sentido de apoioamento, mas antes de qualquer apoioamento, há a necessidade de que nós cumpramos o nosso papel aqui nesta Casa: votando, discutindo, avaliando toda lei, todo projeto, toda iniciativa que vier atingir o cidadão e a sociedade.

Senhor presidente, feito esse registro, solicitei o Horário do Grande Expediente, justamente, deputado Algaci Tulio, para falar de um episódio que vem acontecendo no Paraná.

Deputado Ricardo Chab, no dia 01 de junho de 1998, foi criado na cidade de Curitiba o Instituto Curitiba de Informática. Esse Instituto, no seu contrato, nos seus registros, apontamentos sociais e na sua Ata de constituição, tinha como presentes a Assembléia, deputado Marcos Isfer, uma assembléia de dois cidadãos de nome Mário Cherakaua e Eduardo Bengston Fila, que o fizeram e constituíram. Hoje, está para assinar com a Sanepar um contrato de quarenta e dois milhões trezentos e trinta e seis mil reais, esse é o valor que está para ser cobrado da Sanepar num contrato de informatização que há anos a Sanepar vem executando com profissionais do seu próprio quadro.

Entretanto, está aqui uma cópia que chegou às minhas mãos, ainda não foi firmado, mas com certeza será firmado assim como foram outros, de forma célere, de forma rápida, de forma a não dar tempo nem sequer da sociedade questionar e respirar.

E o que tem sido feito quanto a isso?

A Prefeitura de Curitiba banca os produtos e depois sai vendendo pelo País, como o Nordeste, deputado Edson Praczyk, sai vendendo produto que já vendeu na Prefeitura A, na Prefeitura B e transforma numa grande máquina de fazer dinheiro fácil e sempre subtraído dos cofres público, quer do Estado, quer das Prefeituras.

Este é o relatório que trago, senhores deputados. E ainda diz, no seu artigo 3º do contrato, no item “c”, na fase 3 de um contrato de 42 milhões para prestação de serviço e restabelecimento do sistema de processamento.

Ora! Pelo que nós sabemos, a Sanepar não tem nenhum problema de cobrança de contas. Pelo que sabemos, a Sanepar cobra e cobra até muito bem, de forma eficiente. E agora está sendo contratado, assim como foram contratados outros serviços no Estado do Paraná, correndo milhões de reais tirados de uma taxa de esgoto extremamente elevada de 80% e de uma água de boa qualidade, mas que podia muito bem estar a serviço da camada mais pobre da nossa sociedade, cobrando-se uma tarifa menor.

E se não bastasse isso, a própria Sanepar, hoje, produz lucro nos balanços, porque nunca a Sanepar produziu seiscentos e sessenta milhões de lucro em um ano

no exercício e agora está produzindo. E sabe como deputada Serafina?

Porque não tem mais manutenção. A manutenção é colocada em ativo fixo; remove-se um registro, faz-se uma linha não é mais manutenção, mas passa a ser investimento e no investimento passa-se a gerar o lucro fictício. E este lucro fictício, depois dividido, vai para os grupos privados que compõem 39.7 do capital da Sanepar. Esta é a forma de maquiagem os balanços e está aqui mais uma delas!

E permitam-me que eu leia, deputado Algaci Tulio e senhores deputados:

(Lê):

“Com a implantação, no início de 1998, do novo modelo de gestão da Sanepar, a empresa passou a se estruturar segundo o conceito de Unidades de Negócios, organizados em Unidades de Receita e Unidades de Serviço, tendo como nível superior a Dimensão Estratégica, constituída pelas Diretorias da Presidência, Superintendência (sem ocupante) Financeira, de Relações com o Mercado, de Operações, Administrativa e de Novos Negócios.

Com esta estrutura, a empresa passou a ter somente dois níveis de decisão: o nível estratégico (Diretorias) e o nível gerencial (Unidades de Receita e de Serviços).

Todas as atividades administrativas, operacionais e técnicas foram direcionadas, de acordo com a competência, para as Unidades correspondentes, e em alguns casos, por “herança” ou interesse político. Apesar desta distribuição das atividades, em sua maioria, atender às demandas institucionais, houve casos onde foi necessária a criação do que se definiu como sendo Grupos Específicos (com status de gerência), para acomodar ou resolver determinadas situações. Dentro da estrutura das Unidades, existem as Coordenações (antigamente gerenciais) que possuem de maneira informal e sem qualquer reconhecimento da estrutura, a responsabilidade de coordenar e administrar as atividades pertinentes.

Existe também o que se denomina sócio estratégico, que é o Grupo Dominó, formado pelas empresas Vivendi, Construtora Andrade Gutierrez, Banco Oportunidade e Copel, que adquiriram 39,7% das ações ordinárias da Sanepar, e tem o direito de nomear os diretores financeiros, de operações e superintendente.

Política e estrategicamente, o sócio estratégico ocupa as principais diretorias, incluindo a de Operações, que é a que tem sob seu domínio as Unidades de Receitas, de Operações e de Manutenção, que são as Unidades responsáveis diretamente pelo atendimento ao cliente, pela expansão e comercialização dos serviços, e faturamento da empresa.

Estranhamente, neste processo de reestruturação da empresa e da implementação do novo modelo de gestão, não foi incluída e considerada (e talvez devesse ter sido a primeira?), a criação da Unidade de Serviços Comerciais, que deveria centralizar as políticas de expan-

são e comercialização de serviços, desenvolver e controlar os processos comerciais, e planejar e coordenar as ações comerciais da empresa.

Especificamente no segmento da informática e processamento de dados, tornou-se neste Governo previsível e rotineiro que todos os novos administradores da área, que foram até agora quatro, manifestassem ao primeiro impulso a mágica proposta da terceirização do serviço ou da diminuição da plataforma de processamento. E o que significa isso? Significa que ao terceirizarmos os serviços de faturamento e de controle da empresa, nós estamos, deputado Divanir Braz Palma, repassando toda a questão estratégica da empresa Sanepar para uma empresa particular. E aí a Sanepar como a Copel, como qualquer outra empresa, ficaria nas mãos desse terceiro estrategicamente contratado. Por isso, é que nós temos muito cuidado, muita atenção ao votar qualquer iniciativa porque esse Governo tem faltado com o conteúdo ético para, utilizando uma lei, fazê-la de forma a defender os interesses do nosso Estado e da nossa sociedade.

Esquecem alguns, ou os menos profissionais que a Sanepar não é uma empresa de fundo de quintal, que esta empresa atua em todo o Estado do Paraná e que presta aos seus clientes bons serviços e que possui como instrumento auxiliar das suas ações administrativas, operacionais e técnicas, sistemas de processamento de dados corporativos desenvolvidos ao longo de sua existência usando know-how e a experiência profissional dos seus próprios empregados.

Cerca de 80% de todos os serviços administrativos e operacionais da empresa são baseados em ações ou têm suas origens do sistema corporativo, e 100% do faturamento e arrecadação são originados a partir do processamento/operação do sistema respectivo.

Todos os sistemas corporativos estão desenvolvidos em ambiente de grande porte (mainframe), usando o SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados), Adabas/Natural, ambiente que possui convergência operacional com as principais empresas do Governo do Estado (Celepar e a Copel) e principais empresas do Brasil. Se fizermos a terceirização perdemos a condição da comunicabilidade entre esses sistemas hoje existentes, o que diminui a eficiência da empresa e a torna cada vez mais cativa dos terceiros administrando esse setor importante da empresa.

Alguns consideram que não sendo o negócio da empresa o processamento de dados esse serviço deveria ser terceirizado. Pode, e eu não nego, até representar uma verdade para os menos esclarecidos, porém há que se considerar que todo o desenvolvimento tecnológico aliado ao desenvolvimento institucional estão vinculados e integrados aos processos e procedimentos informatizados e que isso pode significar a perda do conhecimento, da evolução e do domínio da tecnologia e da modernização dos processos, foi assim também na Copel quando estruturaram aquela plêiade de empresas para sugar e subtrair tudo aquilo que a Copel tinha em termos de tecnologia,

tinha conquistado em termos de know-how. O processo se verifica também na Sanepar.

Conscientemente não podemos ser contrários ao processo de terceirização, desde que seja um processo profissional que vise os interesses exclusivos da organização e a quem ela presta esse serviço, que é o povo do Paraná. Não podemos simplesmente ignorar ou menosprezar todo o parque de sistema em operação e em desenvolvimento, pois as consequências podem ser desastrosas, tecnicamente, porque não existe mágica na administração, e o que nós já sentimos hoje. Para se trocar um ambiente por outro, terá que ser feito um grande esforço normalmente exigindo um grande investimento até que o novo ambiente esteja estabilizado.

E aí nós vamos de doze a trinta e seis meses para se implantar e ter sucesso na transposição, na migração de um sistema para outro.

Ora, esse governo não tem mais que cem dias. Esse governo que está nos seus estertores. Para que buscar construir uma plataforma que nós vamos começar a ter só suas consequências, no mínimo, na melhor das hipóteses, daqui há doze meses? E numa viável daqui há 36 meses? Estabelecendo, deputado Divanir Braz Palma, um contrato de 48 meses em que vai tomar todo o futuro governo, seja ele quem for, e com um agravante, vai se desembolsando os recursos e só no 34º mês é que será repassado o fruto, o resultado do trabalho e do software.

Ora, se a empresa colocar todo o dinheiro, parte dos 42 milhões na mão dos terceirizados e ficar sem o produto? Se amanhã o governo que vier entender que este comportamento, este contrato é lesivo aos interesses do Estado do Paraná, é lesivo à Sanepar, nós não teremos mais como recuperar o dinheiro, deputado Luiz Carlos Zuk, por quê? Porque ele fez parte do contrato. Só que o produto vai ser entregue do 34º mês ao 48º mês. É mais uma forma de prender o Estado e a Sanepar a este contrato esdrúxulo que está para ser firmado.

Recentemente um grandioso projeto de terceirização da unidade de informática estava sendo proposto, estava sendo gestado na calada da noite, tendo sido aprovado na reunião da Diretoria. Esta terceirização envolvia segmentos da produção - CPD, desenvolvimento de sistema, suporte técnico, rede de help-desk, entre outros. Estava considerando a reengenharia de sistemas em plataforma baixa e de substituição dos mainframe por máquinas de menor porte. Todo o projeto estava sendo direcionado para o Instituto Curitiba de Informática. O que é o Instituto Curitiba de Informática? É uma ONG, uma fundação constituída no seu estabelecimento por essas duas celebridades que nós temos aqui que é o senhor Mário Chirakawa e o senhor Eduardo Filla. Aqui estou lendo a lista de presença da Assembléia de constituição, dois nomes, e hoje este Instituto movimenta só neste contrato, porque existem outros contratos que foram firmados com o governo, em outras instâncias de governo, propõe se movimentar 42 milhões.

É por estas razões que o endividamento do Estado do Paraná saltou da Casa de um bilhão, trezentos e noventa e cinco, para mais de doze bilhões de reais no atual governo.

E este instituto por ser sem fins lucrativos, ainda está se fazendo sem licitação, mais de 40 milhões de um contrato sem licitação. Misteriosamente depois de alguns comentários e considerações entre os profissionais da área, em vários níveis, o sócio estratégico, o grupo do consórcio Vivendi pediu vistas para conhecer o projeto e tempo para apreciá-lo, o que também motivou a aprovação de uma diretoria que revogava aquela decisão. Agora, na reunião do dia 13 de agosto de 2002 reviveu novamente a possibilidade de se estabelecer este contrato, determinando entre outras finalidade o seguinte: aprovar o encaminhamento ao Conselho de Administração do processo de contratação direta por dispensa de licitação, face tratar-se o Instituto Curitiba de Informática - ICI, de uma instituição brasileira sem fins lucrativos, destinada ao desenvolvimento institucional, visando à execução de serviços institucionais do ambiente tecnológico, Sanepar, envolvendo a instalação de softwares, suporte técnico e apoio pós-instalação de equipamento, no valor de 42 milhões.

O seu contrato nem foi ainda aprovado e já está com o contrato pronto - está no forno - só falta engendrar. Aqui, ele diz ainda, quais são e para quem é da área e milita, sabe o que isso significa: investimento de um pouco mais de cinco, seis milhões, no máximo. Primeira fase: evolução do ambiente mainframe, a Sanepar tem que dar todos os equipamentos, toda a estrutura, reformando-a na adequação da empresa, para que ela possa retirar nos quatro anos, 42 milhões. Está parecido com outros projetos de informatização, que presenciamos nesse governo Lerner. Revisão do meio ambiente mainframe; revisão das rotinas com maior utilização do CPU; revisão dos procedimentos operacionais; planejamento de implementação de novas arquiteturas de sistema. Na terceira fase: implementação da nova arquitetura. A Sanepar tem técnicos suficientes e capacitados para executar, porque eles já fizeram a cultura profissional dentro da empresa.

Estamos vendo, senhores deputados, o governo que não perde o momento e a oportunidade para querer continuar a garrotear os cofres públicos, para os próximos quatro anos. Por isso, aqui, trago a minha indignação e apresento a Casa requerimento, solicitando um rol de informações, dos quais questionamos o plano diretor de informática e queremos saber de onde a Sanepar retirou esse montante de 42 milhões, para repassar a um instituto - será uma outra ação nossa - e encaminhar ao Ministério Público, para que possa levantar as contas e para que possamos ver, a sociedade, de como estão sendo os recursos dessas instituições que, na maioria das vezes, se esconde com o manto das empresas e instituições não-governamentais, com fins não lucrativos. Às vezes, na sua grande

maioria interessam, sim, aos seus fundadores e àqueles que nelas operam.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados e senhores que hoje nos visitam, é de suma importância sabermos o que estamos fazendo nesta Casa, para que o dinheiro da população do Estado do Paraná, não seja mais uma vez jogado no ralo, servindo ao esgoto e não a nossa população.

O Sr. Algaci Tulio

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Muito obrigado, deputado José Maria Ferreira.

Eu só queria lembrar que esta Casa criou uma Comissão Especial - na qual faço parte - para tratar exatamente de alguns assuntos polêmicos, que envolvem a Sanepar. Confesso que até hoje não vi nenhum resultado ou relatório de como terminou - se é que terminou essa Comissão Especial -, que tratava uma série de irregularidades, que vinha desde a represa do Rio Iraí e alguns contratos com essa empresa também e não vimos nenhum resultado. Esse é o momento de questionar: o que essa Comissão Especial levantou em relação a Sanepar.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não tenha dúvida que o momento é oportuno e ela precisa ser executada.

O Instituto Curitiba de Informática pertence à Prefeitura de Curitiba - a grande maioria -, porque ela é que financia, que banca o desenvolvimento do ICI. Todo o produto desenvolvido pelo ICI, na sua grande maioria bancado pela Prefeitura de Curitiba. Ao darmos o controle estratégico da empresa ao ICI para que ele possa executar a terceirização, estamos entregando o coração da Sanepar, e a Sanepar é uma empresa que pertence não à Curitiba, mas pertence a todo o Paraná. Recentemente a Sanepar adquiriu os direitos de exploração por 25 anos da cidade de Curitiba, por 125 milhões de reais, é mais uma forma que nós precisaríamos levantar para verificar se realmente a legislação na qual se baseou a cidade de Curitiba e a Sanepar para fazer esse negócio está coberta pela legalidade, deputado Algaci Tulio, e esta CPI, esta Comissão tem todas as condições de analisar e de apurar inclusive estes casos que nesta tarde trago a esta Casa.

Senhor presidente, muito obrigado, eu encaminho os requerimentos para que V. Exa. possa submeter ao Plenário e à sua aprovação. E quero dizer mais, que o governo tem feito uma série de ações, não satisfeito em ter comprometido as finanças do Estado do Paraná, em ter comprometido as estruturas do nosso Estado, agora ele quer também comprometer o futuro governo, seja ele quem for estará de certa forma comprometido com algumas decisões que tem tomado. Primeiro, é a decisão absurda no meio de um segundo turno, se houver, estabelecer um concurso para mais de 13 mil funcionários servidores.

Ora, isto ele teve 8 anos para fazer este concurso. Por que ao término de menos de 100 dias do seu governo, aliás, em outubro faltará 70 dias de seu governo, ele vai executar um concurso dessa amplitude? Ora, é colocar mais uma vez o nariz de pinóquio em cada um, de palhaço, em cada um dos nossos paranaenses.

Porque o porquinho que o governo trouxe e pedia sugestão, deputado Algaci Tulio, deputada Luciana Rafagnin, aquela propaganda que parecia lá um porquinho do Lerner, com poupança de ICMS, ele pedia quanto e aonde queremos aplicar os recursos do ICMS, sabe para onde foi? Foram para mais de 14 anos. Porque não fez isso com a empresa nacional? Por que não fez isso com a empresa paranaense? Por que não fez isso estimulando as iniciativas que são nossas, são do nosso Estado? Não. Mas teve a desfaçatez de colocar numa mídia paga com o dinheiro público, induzindo ao cidadão que tinha no cofre do Estado, 800 milhões para bancar os investimentos dos próximos anos, e aí ele já tinha feito a dilação por mais 14 anos, e ainda foi fazer, e só agora estamos tendo conhecimento, desses contratos perversos à saúde financeira e patrimonial da Sanepar.

Senhor presidente, eu espero que esta Casa aprove o nosso requerimento e que nós possamos ir ao Judiciário, ao Tribunal de Contas do Estado, inquirir para que nós conheçamos a realidade e esses contratos já firmados possam estar em nossas mãos, e que este nós possamos sustar a bem do interesse público.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de propor pelo menos mais 5 minutos da Sessão para que pudéssemos ouvir a Sra. Maria Cristina Coutinho, que faz parte do Conselho de Despachantes, até para que não se frustrasse a presença nas galerias daqueles que vieram do interior do Estado, que gostariam de ver o assunto sendo debatido e colocado exatamente como deve ser colocado para os senhores parlamentares, muito embora neste horário o Plenário já esteja praticamente vazio, mas mesmo que meia dúzia aqui presentes ouçam com detalhamento e corretamente o que é a preocupação dos despachantes, eu pediria a V. Exa, dentro do seu espírito democrático que cedesse a tribuna por pelo menos 5, 10 minutos à despachante Maria Cristina Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós vamos conceder a palavra a senhora despachante Maria Cristina por 5 minutos, prorrogáveis por mais 5.

A SRA. MARIA CRISTINA

Senhor presidente e senhores deputados. Encontram-se aqui em sua Casa representantes de Londrina, Paranavaí, Campo Mourão, de todo o Estado do Paraná, que são ditos despachantes. Atualmente temos dos 28 segmentos de despachantes, 16 mil empresas prestadoras de serviços burocráticos, que são os ditos despachantes

documentalistas. Desse profissional que estão a 2 anos com curso de capacitação profissional, onde o nosso conselho firmou convênio e parceria com a Universidade Espírita e o Sebed, fazendo um curso desde novembro do ano passado para melhorar o seu know how. Todos eles, sempre com o objetivo de ampliar a sua gama de trabalho e atender melhor o usuário. Esses prestadores de serviços, quero deixar bem claro que eles não são atravessadores, eles tratam dos serviços burocráticos do nosso Estado.

Esses profissionais que aqui, estão sentem-se prejudicados com a aprovação da Agência, porque ela no artigo 42 reza que todos os contratos firmados com data anterior a sua criação prevalecerão. Bem como no artigo 2º parágrafo 6º reza que todos os serviços de infra estrutura de prestadoras de serviço é regido por lei, também se englobam nesta lei. O Detran no dia 14 chamou o presidente do nosso Sindicato, comunicando, que ele fechou uma parceria, um contrato com os cartórios, onde estes prestarão os serviços.

Ora, senhores deputados, se todos esses profissionais estão lutando para alcançar um objetivo, para ampliar sua gama de trabalho, se todos esses querem prestar um bom serviço a população paranaense, eu lhes pergunto: Por que lutar? Se todos prometem: vamos gerar mais empregos, estão correndo o risco de 60 mil desempregos no nosso Estado se continuar com essas terceirizações sem que nossa base seja consultada. Até onde nós seremos prejudicados? Já estamos sofrendo essa punição há um tempo. E isso que está havendo por parte do Departamento de Trânsito é só um começo. Isso que está sendo um terrorismo, onde chegam para os funcionários do Detran e dizem: Vocês não perderão o emprego, quem perderá serão os despachantes. Isso não é permitido, isso não é aceitável por nenhum profissional do nosso Estado.

Nós estamos, aqui, hoje tentando sensibilizá-los da nossa situação. Isso é caótico, é uma situação carente de todos os profissionais de informações. Não adianta ficarmos com aquela: Eu prometo se eu ganhar a eleição isso não vai acontecer. Não é uma questão de quando ganhar a eleição. É uma questão que já está acontecendo, já foi firmado esse contrato. E queremos sensibilizá-los para que derrube. E reconheçam que, realmente, nós existimos, a profissão de despachante, desde a era Cristã. Não é uma profissão de agora. Já foi reconhecido pelo Dom Pedro I o primeiro despachante do País. É uma profissão muito antiga.

Então, meus deputados, pelo tempo que estamos no mercado, pelo tempo dos profissionais que já estão há muito tempo melhorando seu nível, tentando melhorar, informatizar. Somos conhecidos por muitos deputados que conhecem a nossa luta. Temos um projeto de lei, que está tramitando no Senado, que é o PL 110, que reconhece a profissão do despachante. Somos 380 mil profissionais neste Brasil, com as empresas cadastradas, registradas e pagando seus devidos impostos. Já fizeram os cálculos quantos empregos isso vai gerar. E quando

esse trabalho começar no Paraná isso vira uma bola e todos os outros Estados vão começar a prestar serviços. Eu lhes pergunto: Será que os cartórios vão gerar o mesmo número de empregos, que esses profissionais geram atualmente?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2116 a 2119, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2155, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do deputado Irineu Colombo - envio de expediente ao diretor presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, solicitando informações, acerca do Contrato nº 02/2002.

Em discussão. Em votação.

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se. Dez aprovam.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, V. Exa. poderia declinar o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

(Faz a leitura do teor do requerimento)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Quem subscreve?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Irineu Colombo.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Nove rejeitam.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há quórum para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 03, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO: do Projeto de Lei nº 470/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 541/99; 517, 700/2001; 377, 449, 457, 487, 492, 499, 502, 511, 532, 534, 539, 540, 541, 548, 549 e 559/2002; e do Projeto de Resolução nº 018/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 557, 593 e 594/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE ALIMENTOS

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 9ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e dois, às 09h00, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, no plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com os produtores de carne suína. Sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Ademir Bier - sub-relator-Carne, Luciana Rafagnin, Eli Ghellere, Elio Rusch, Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Augustinho Zucchi e Serafina Carrilho. Dado início aos trabalhos o presidente, deputado Orlando Pessuti, teceu alguns comentários sobre a importância de ouvir os produtores paranaenses, deixando claro a sua preocupação com os problemas que estão ocorrendo na questão da carne suína na região. Os deputados acompanharam atentamente os relatos e as denúncias, que estão devidamente documentadas, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE ALIMENTOS

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e dois, às 09h30 min, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, no plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cezar Silvestri, Luciana Rafagnin, Duílio Genari, Eli Ghellere, Pastor Edson Pra-

czyk, Ademir Bier e Augustinho Zucchi. Dado início aos trabalhos o senhor presidente, deputado Orlando Pessuti, agradeceu a presença de todos, passando à composição da Mesa, convidando o Exmo. Sr. Deni Schwartz, Secretário da Agricultura, Dr. João Manoel Lucena, diretor da coordenação da Receita Estadual e Sr. Romeu Royer, presidente da Associação Paranaense dos Suinocultores, representando o segmento produtivo. A seguir o senhor presidente discorreu sobre a reunião realizada na semana passada quando foram ouvidos os produtores através das entidades representativas passando então a análise das possíveis soluções para a questão em debate, tudo conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e dois, às dez horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se

a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos senhores deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição 120.2002 - Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referente aos meses de junho e julho de 2002. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor relator da Proposição nº 120/2002, deputado José Maria Ferreira, que trata da prestação de contas da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente aos meses de junho e julho de 2002, conforme Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14. Após análise da matéria, o senhor relator concluiu que as contas apresentadas encontravam-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, dada à sua exatidão, optando pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado por todos os senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da comissão, senhores deputados e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.